

Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp): Contextualização Histórica

Pos-Graduate Program in Education, Faculty of Science and Technology, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp): Historical Contextualization

Programa de Postgrado en Educación, Facultad de Ciencia y Tecnología, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp): Contextualización Histórica

Recebido: 22/12/2020 | Revisado: 24/12/2020 | Aceito: 21/01/2021 | Publicado: 24/01/2021

Jefferson Martins Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3091-5012>
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil
E-mail: jefferson.martins@unesp.br

Vanda Moreira Machado Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6990-2374>
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil
E-mail: vanda.mm.lima@unesp.br

Resumo

Este artigo visa apresentar o contexto histórico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Resulta de uma pesquisa de iniciação científica que teve como objetivo investigar a história e a produção acadêmica do referido Programa, priorizando a análise crítica das produções sobre a formação de professores dos anos iniciais. Para tanto, foi desenvolvida uma investigação com abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica (Lima & Mioto, 2017) consistiu em debruçar-nos sobre o papel da universidade pública no contexto educacional brasileiro e a formação de professores de anos iniciais. Para a análise das produções junto ao PPGE/FCT/Unesp, utilizamos a análise documental (Cellard, 2010), buscando construir o “estado do conhecimento” da produção acadêmica. Entendemos que a universidade tem papel importante como espaço de produção de conhecimento e formação profissional, comprometido com a democratização do saber e, conseqüentemente, com a transformação da sociedade em favor da justiça social. Os resultados evidenciaram que a criação do Programa ocorreu em 2000, inicialmente com o curso de mestrado e, posteriormente, também o doutorado, com foco no desenvolvimento humano e na formação docente, tendo sido concluídas, no período analisado, 327 dissertações e 89 teses. O Programa se constitui de 30 docentes credenciados e 554 alunos matriculados, sendo 405 mestrandos e 149 doutorandos. Identificamos que as produções acadêmicas do PPGE/FCT/Unesp enfatizam a Educação Básica e o Ensino Superior e possuem como aspecto comum e reiterado a defesa da formação docente como elemento essencial para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas dos professores como sujeitos críticos e reflexivos.

Palavras-chave: Pós-graduação em educação; Programa de pós-graduação; Estado do conhecimento; História da instituição.

Abstract

This article aims to present the historical context of the Graduate Program in Education of the Faculty of Science and Technology of Universidade Estadual Paulista. It results from a scientific initiation research that aimed to investigate the history and academic production of the referred Program, prioritizing the critical analysis of the productions over the training of teachers of the early years. For this, an investigation with a qualitative approach was developed, through bibliographic research and documentary analysis. The bibliographic research (Lima & Mioto, 2017) consisted of focusing on the role of the public university in the Brazilian educational context and the training of teachers in early years. For the analysis of productions with PPGE/FCT/Unesp, we used documentary analysis (Cellard, 2010), seeking to build the “state of knowledge” of academic production. We understand that the university has an important role as a space for the production of knowledge and professional training, committed to the democratization of knowledge and, consequently, to the transformation of society in favor of social justice. The results showed that the creation of the Program occurred in 2000, initially with a master's degree and, later, also a doctorate, focusing on human development and teacher training, with 327 dissertations and 89 theses having been completed in the period under analysis. The Program consists of 30 accredited professors and 554 enrolled students, 405 master's and 149 doctoral students. We identified that the academic productions of PPGE/FCT/Unesp emphasize Basic Education and

Higher Education and have, as a common and repeated aspect, the defense of teacher education as an essential element for improving the quality of teaching in public schools and, consequently, of practices pedagogical aspects of teachers as critical and reflective subjects.

Keywords: Post-graduation in education; Graduate program; State of knowledge; Institution history.

Resumen

Incluir Este artículo tiene como objetivo presentar el contexto histórico del Programa de Posgrado en Educación de la Facultad de Ciencia y Tecnología de la Universidade Estadual Paulista. Es el resultado de una investigación de iniciación científica que tuvo como objetivo indagar en la historia y producción académica del referido Programa, priorizando el análisis crítico de las producciones sobre la formación de docentes de los primeros años. Para ello, se desarrolló una investigación con enfoque cualitativo, a través de la investigación bibliográfica y el análisis documental. La investigación bibliográfica (Lima & Mioto, 2017) consistió en enfocar el papel de la universidad pública en el contexto educativo brasileño y la formación de docentes en los primeros años. Para el análisis de producciones con PPGE/FCT/Unesp se utilizó el análisis documental (Cellard, 2010), buscando construir el “estado de conocimiento” de la producción académica. Entendemos que la universidad tiene un papel importante como espacio de producción de conocimiento y formación profesional, comprometido con la democratización del conocimiento y, en consecuencia, con la transformación de la sociedad a favor de la justicia social. Los resultados mostraron que la creación del Programa ocurrió en el año 2000, inicialmente con una maestría y, posteriormente, también con un doctorado, con especialización en desarrollo humano y formación docente, habiéndose realizado 327 disertaciones y 89 tesis en el período de análisis. El Programa consta de 30 profesores acreditados y 554 estudiantes matriculados, 405 estudiantes de maestría y 149 estudiantes de doctorado. Identificamos que las producciones académicas del PPGE/FCT/Unesp enfatizan la Educación Básica y la Educación Superior y tienen, como aspecto común y repetido, la defensa de la formación docente como elemento esencial para mejorar la calidad de la enseñanza en las escuelas públicas y, en consecuencia, de las prácticas. Aspectos pedagógicos del docente como sujetos críticos y reflexivos.

Palabras clave: Posgrado en educación; Programa de post-grado; Estado del conocimiento; Historia de la institución.

1. Introdução

Este artigo visa apresentar o contexto histórico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente (PPGE/FCT/Unesp).

O texto resulta de uma pesquisa de iniciação científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e desenvolvida no período de 2018 a 2019, cujo objetivo central foi investigar a história e a produção acadêmica do PPGE/FCT/Unesp, priorizando a análise crítica das produções sobre o tema formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, desenvolvemos uma investigação com abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica e análise documental.

A pesquisa bibliográfica (Lima & Mioto, 2007) analisou o papel da universidade pública no contexto educacional brasileiro na base de dados do catálogo Athenas da Unesp, no período de 2010 a 2017. Em relação à categoria temática “Papel da universidade”, encontramos 295 produções com o descritor “papel da universidade pública”; 248 produções com o descritor “papel da pós-graduação” e 73 produções com o descritor “papel da pós-graduação em educação”. Dentre estas, selecionamos apenas duas - uma dissertação localizada no campus de Franca (Oliveira, 2016) e um trabalho de conclusão de curso, que se encontra em Bauru (Alba, 2015) -, visto que os demais trabalhos não abordam a temática pesquisada. Tais produções enfatizam que o papel da universidade é promover a interação dos professores em formação com a escola para, assim, sanar as dificuldades de integração da teoria com a prática, promovendo formação inicial de qualidade.

Segundo Alba (2015), a participação em programas como o Núcleo de Ensino e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é essencial para a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada do docente. Nesse sentido, a parceria estabelecida entre universidade e escola revela-se fundamental.

Os referidos programas possibilitam aos alunos e futuros professores uma reflexão aprofundada acerca da teoria e da prática docente, oportunizando uma ressignificação da educação e do papel do professor. No entanto, a burocratização para a

implantação de programas de integração entre universidade e escola poderá ser prejudicial à efetivação desta articulação, sobretudo no âmbito das instituições privadas. Para Silva Neto (2017), a própria dinâmica de proposição de projetos via edital faz com que as ações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) se voltem apenas às áreas contempladas pelos projetos dos proponentes - as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes -, desconsiderando-se as reais necessidades educativas.

Constatamos que tais produções enfatizam a universidade como uma instituição de ensino superior que tem o papel fundamental de oportunizar formação inicial qualificada. No caso da formação inicial de professores, há a exigência do estabelecimento de parcerias com as escolas de Educação Básica, priorizando a articulação entre teoria e prática, uma vez que os graduandos serão futuros docentes e precisam ter clareza quanto ao seu campo de atuação.

A análise documental, proposta por Cellard (2010), realizada a partir das dissertações e teses defendidas no PPGE/FCT/Unesp, buscando produzir o estado do conhecimento da produção acadêmica, nos possibilitou levantar as informações necessárias para o objetivo de nossa pesquisa.

Para a construção do contexto histórico do PPGE/FCT/Unesp, localizamos e analisamos alguns documentos e textos como: atas de reuniões do Conselho do Programa, relatórios das avaliações da CAPES e ofícios disponíveis no site (<http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/-educacao/>) e na Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>).

A análise foi desenvolvida considerando cinco dimensões, apresentadas por Cellard (2010): 1) o contexto, 2) o autor ou os autores, 3) a autenticidade e a confiabilidade do texto, 4) a natureza do texto, 5) os conceitos-chave e a lógica interna do texto. A primeira dimensão é o contexto:

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. [...] o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. (Cellard, 2010, p. 299).

Selecionamos para a análise, em um primeiro momento, o seguinte material: “052 - Implantação do curso de Pós-Graduação em Educação (Volume I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII)”. Esses documentos oficiais foram encaminhados para a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unesp para que fosse oficializada a criação do PPGE/FCT/Unesp. Os mesmos eram analisados e aprovados pelo Conselho do Departamento de Educação, em reuniões com pauta específica.

Portanto, conforme a documentação examinada, o Programa foi criado no ano de 1999, tendo seu início previsto para março de 2000, em nível de mestrado, e teve como área de concentração a “formação inicial e continuada de professores”.

Já na segunda dimensão, “autoria”, Cellard (2010) enfatiza que é de extrema importância descrever quem são os autores do documento analisado. Para ele,

Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. [...] evidenciar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstrução de um acontecimento. (Cellard, 2010, p. 300).

Nessa perspectiva, evidenciamos que os materiais selecionados foram elaborados pelos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Conselho do Departamento de Educação e se encontram disponíveis na Seção de Pós-Graduação da FCT/Unesp. Os autores dos documentos analisados são os professores coordenadores e membros do Conselho de Pós-Graduação em Educação, na época, a saber: Maria Suzana de Stefano Menin (coordenadora) e Yoshie Ussami Ferrari Leite (vice coordenadora), além de membros do conselho, como Alberto Albuquerque Gomes, Arilda Inês Miranda Ribeiro,

Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, Gilza Maria Zauhy Garms, Gislene Aparecida dos Santos, Leny Rodrigues Martins Teixeira, Monica Furkotter, Rita Filomena Andrade Januário Bettini, Tereza de Jesus Ferreira Scheide e Vinício de Macedo Santos. Cabe ressaltar que os nomes dos docentes supramencionados foram registrados nos documentos analisados; contudo, não podemos descartar a possibilidade de que outros professores também tenham participado da criação do PPGE/FCT/Unesp.

Note-se que os professores responsáveis pela criação do Programa eram todos doutores, conforme exigência fixada pela legislação em vigor, e que os mesmos estavam interessados e empenhados em propiciar para a região de Presidente Prudente, interior do estado de São Paulo, um curso que formasse docentes e pesquisadores qualificados para as atividades de ensino.

Quanto à autenticidade, à confiabilidade e à natureza do texto que compõem a terceira e quarta dimensões, vale ressaltar que:

Não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor do documento. É também importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida. Por exemplo, ainda que a questão da autenticidade raramente se coloque, não se deve esquecer de verificar a procedência do documento. [...] é importante estar sempre atento à relação existente entre o autor ou os autores e o que eles descrevem. Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam ser enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? etc. (Cellard, 2010, p. 301).

Ressaltamos que os documentos analisados foram selecionados por possuírem uma relação direta com o contexto histórico do Programa, pois foram elaborados pelos docentes envolvidos na sua implantação e, portanto, constituem documentos autênticos e confiáveis.

A quinta e última dimensão refere-se aos conceitos-chave e à lógica interna do texto:

Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes. [...] deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados. Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto: Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação? (Cellard, 2010, p. 303).

Diante dessas considerações, estruturamos este artigo em três tópicos: inicialmente, um breve histórico da universidade no Brasil, seguida do contexto histórico da FCT e, posteriormente, do PPGE/FCT/Unesp.

2. A Universidade no Brasil: Algumas Reflexões

O ensino superior no Brasil teve como marco histórico a vinda da família real portuguesa para o nosso país em 1808. A instalação das primeiras universidades em território nacional teve como finalidade atender às demandas da Corte Portuguesa, recém-instalada no Rio de Janeiro. Porém, este fato não mudaria o panorama educacional para as classes populares (Gomes, 1998). As escolas superiores tinham como público alvo os filhos da elite, visando atender aos seus interesses. Historicamente,

[...] universidades têm funcionado como locais apropriados para a formação das elites dirigentes e como pontes para o acesso aos postos políticos e burocráticos da máquina estatal. No caso do Brasil, o acesso ao ensino superior, evento relativamente recente, caracteriza-se por ser um processo extremamente complexo, marcado por problemas de ordem formal – burocráticos e técnicos - e de ordem informal – a trajetória escolar dos candidatos e seu perfil socioeconômico. (Gomes, 1998, p. 19).

Tendo em vista esta situação, D. João VI fundaria as primeiras escolas superiores: “Academia Real Militar, Academia da Guarda Marinha, Academia de Medicina, Laboratório de Química, Curso de Química (Química Industrial, Geologia,

Mineralogia), Cursos de Cirurgias, de Antônia, de Economia, de Agricultura e Academia de Desenho” (Lima & Ribeiro, 2013, p. 22).

Embora existissem debates sobre a educação para todos, como um direito do cidadão a ter uma educação gratuita, assim como apresentado na primeira Constituição Brasileira, datada de 1824, pouco era realizado para a sua efetivação universal. Quanto à educação em nível superior, essa primeira Constituição já determinava que as formações dos quadros burocráticos fossem de responsabilidade do poder central.

Durante todo o período imperial, na Assembleia Geral Legislativa, se discutiam vários projetos sobre a criação de escolas superiores e universidades, mas dificilmente os mesmos eram aprovados. Essas escolas só eram criadas quando havia interesse do poder central. No século XIX, nota-se que a função do ensino superior era a de formar pessoas que poderiam assumir cargos públicos:

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social. (Martins, 2002, p. 04).

No entanto, esse ensino não era universal, pois estava voltado para a classe dominante, só tendo acesso a ele quem frequentasse as escolas preparatórias. Como a população em geral não tinha acesso a este nível de ensino, as pessoas menos favorecidas, no âmbito da sociedade brasileira, só começaram a olhar para o ensino em nível superior após as conquistas do direito ao amplo acesso à educação e, contemporaneamente, à universidade.

De acordo com Chauí (2003, p. 70), a universidade pública no Brasil tem por finalidade:

1) a formação de quadros para a administração pública; 2) o desenvolvimento da pesquisa em ciências e humanidades; 3) a qualificação de profissionais liberais; e 4) a transmissão do saber com a formação de professores para o ensino do segundo grau [atualmente ensino médio] e para o ensino superior. O critério da admissão e da promoção dos estudantes era o mérito intelectual, assim como o mérito era o critério para a carreira universitária. Sendo expressão da sociedade brasileira, a universidade, embora pública e laica, não era democrática, mas reproduzia privilégios e a hierarquia social. No entanto, era atravessada por uma contradição entre privilégio e mérito e essa contradição dava-lhe brechas democráticas.

Desde então, as políticas públicas relativas ao ensino universitário se mantiveram neste direcionamento:

As universidades eram compostas por faculdades, as quais podiam manter autonomia jurídica. A faculdade era composta de cátedras, cada qual correspondendo a uma certa área do saber. A reunião de certas cátedras compunha a série e a sequência destas, o curso. A cátedra tinha no professor catedrático o titular vitalício, somente substituído por morte, afastamento ou jubilação (aposentadoria). (Cunha, 1982, p. 15).

Em 1968, foi aprovada a Lei nº 5.540/68 (Brasil, 1968), que reformulou o ensino superior. Este projeto de reforma universitária, de acordo com Saviani (2000, p. 42):

Procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade: de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar, que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Os responsáveis pelo projeto de reforma universitária procuraram atender à primeira demanda, considerando o ensino e a pesquisa de modo inseparável, e, deste modo, eliminando a cátedra, colocando a instituição universitária como forma

prioritária de organização do ensino superior e promovendo a autonomia universitária.

É a partir desta mudança que a universidade deixa de ser uma instituição e assume o caráter de organização. Essa passagem fez com que ocorressem várias reformas no âmbito do ensino superior destinadas a adequá-lo ao mercado (Chauí, 2003).

Nessa nova perspectiva, a universidade, numa primeira etapa, tornou-se funcional e, posteriormente, voltada a resultados, uma vez que a

[...] universidade funcional, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela, foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. A universidade de resultados, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da ideia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo, na medida em que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como, ainda, financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados. (Chauí, 2003, p. 70-71).

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização do país. Diante disso, no ano de 1988, a educação brasileira modificou o princípio do seu papel e função, uma vez que a Constituição Federal, promulgada naquele ano, em seu artigo 205, determinava que:

[...] a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. 123).

Entretanto, pouca coisa mudou na educação em termos de ingresso das diferentes classes sociais. Entendemos que as políticas de acesso e aprimoramento do Ensino Fundamental e Médio podem ampliar o ingresso à universidade, proporcionando educação a um número maior de sujeitos. Todavia, nos anos seguintes, o Brasil se viu diante de um contexto ainda mais complexo.

De acordo com Chauí (2003), a década de 1990 caracteriza-se pela universidade operacional, com forte conotação de organização. Tal modelo de universidade está voltado para si mesmo como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos, os quais são avaliados por índices de produtividade. É importante destacar que, neste momento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, traz em seu artigo 43 que:

A educação superior tem por finalidade: I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a

extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Brasil, 1996, art. 43).

Pode-se observar, portanto, que, a partir do exposto pela LDB/96, a universidade passa a figurar, de uma maneira mais intensa, como instituição social. O que antes era apenas um local de realização de pesquisas científicas e formação profissional passa a incorporar, em suas ações, o contato direto com as necessidades e anseios de outros extratos sociais, não somente acessível aos poucos que adentravam a universidade, especificadamente as elites do país. Nesse sentido, a universidade, é concebida como uma instituição social,

[...] cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre a universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. (Chauí, 2003, p. 1).

Ainda com base no pensamento de Chauí (2017), a universidade se insere no contexto da produção científica funcional, ou seja, passam a ser desenvolvidas investigações dentro do ambiente educacional com o objetivo de oportunizar descobertas que favoreçam a atuação profissional idealizada e orientem a formação nesse sentido.

Pensando dessa forma, Saviani (2000) argumenta que os programas de pós-graduação em educação têm contribuído decisivamente para a produção que mantenha permanentemente a problemática educacional como ponto de partida e ponto de chegada de suas preocupações.

A universidade, ainda considerada como a “casa do saber”, vem sofrendo modificações de diversas ordens, tanto positivas quanto negativas, e que acabam por refletir nas produções acadêmicas, principalmente naquelas desenvolvidas nos programas de pós-graduação, as quais, no Brasil, diga-se de passagem, apresentaram um crescimento exponencial nos últimos anos (Cellard, 2010 & Chauí, 2017). Contudo, essa produção, constituída principalmente de teses, dissertações, monografias e artigos, vai se avolumando sem muitas reflexões.

3. Contexto Histórico da FCT e do PPGE/FCT/Unesp

Com o intuito de resgatar e compreender a história do PPGE/FCT/Unesp, utilizamos a análise documental subsidiada por princípios de Cellard (2010). Afinal, em concordância com a literatura, entendemos que um curso de pós-graduação

[...] não pode ser entendido sem sua história, pois, caso contrário, assume uma característica estática, imóvel, sem as articulações e os movimentos existentes no seu interior; o estudo teria uma visão unilateral sem dar conta das contradições. Enfim, demonstraria apenas a aparência, deixando de lado a essência dos acontecimentos que deram origem ao curso em questão. (Rodrigues, 1996, p. 16).

A Faculdade de Ciências e Tecnologia foi criada através da Lei Estadual nº 4131, de 17 de setembro de 1957, e a sua instalação se deu em 03 de maio de 1959, como Instituto Isolado de Ensino Superior de Presidente Prudente, com dois cursos: Geografia e Pedagogia. Com a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), através da Lei Estadual nº 952/76, em fins de 1976, em substituição à antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) de Presidente Prudente, instalou-se, em 1977, o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA) (Lima & Ribeiro, 2013).

O atual curso de Pedagogia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente, iniciou seu funcionamento em 03 de maio de 1959, através do Decreto Federal nº 45.755, de 13 de abril de 1959. Porém, em 30 de janeiro de 1976, através da Lei nº 952, por ocasião da criação da Unesp, foram extintos os cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências e Estudos Sociais.

Em 1988, o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESP) foi incorporado ao IPEA, mas foi

somente em 1989 que a instituição de ensino superior passou a ser denominada Faculdade de Ciências e Tecnologia, sendo até o momento a única instituição universitária de ensino público e gratuito em atuação no município de Presidente Prudente.

No ano de 1999, foi iniciado o processo de implantação do curso de Pós-Graduação em Educação na FCT/Unesp. A documentação examinada – atas e ofícios – indica que a sua criação ocorreu no dia 31 de maio do mesmo ano, com a aprovação pelo Conselho do Departamento de Educação. O projeto de implantação da Pós-Graduação passou então a ser analisado pela Congregação da FCT/Unesp que o aprovou no dia 15 de junho.

A proposta inicial era implementá-lo com a participação de dez professores doutores, além de outros que se encontravam em fase de conclusão do doutoramento. Tal proposta tinha como objetivo a formação de recursos humanos para uma docência qualificada e para a pesquisa científica, compreendendo estudos avançados e atividades de investigação na área de concentração “Formação inicial e continuada do professor”, a qual seriam acrescentados estudos e demais atividades de igual nível através de disciplinas.

Em 2000, foi autorizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Unesp a transformação do curso em Programa de Pós-Graduação em Educação em nível de Mestrado, tendo como linhas de pesquisa: “História e Fundamentos da Formação do Professor”; “Práticas Educativas na Sala de Aula e Formação de Professores”; “Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores”. A CAPES aprovou e reconheceu o programa em 16 de julho de 2001, ano em que foi realizado o primeiro processo seletivo para o preenchimento de 10 vagas para alunos ingressantes, iniciando suas atividades em agosto de 2001.

As pesquisas desenvolvidas pelos mestrados, no período inicial do PPGE/FCT/Unesp, abordavam a educação de forma geral. A partir do “Caderno de Defesas de Teses e Dissertações”, constatamos que, após quatro anos de seu início, o Programa já registrava 25 dissertações defendidas. Após a primeira avaliação realizada pela CAPES, em 2005, o Programa obteve o conceito 4, em uma escala com variação de 1 a 7¹.

A partir das recomendações da CAPES no processo avaliativo, o PPGE passou por reformulações: a área de concentração “Formação inicial e continuada do professor” mudou para “Educação”, buscando abarcar todas as temáticas que envolvessem o processo educativo como um todo. As linhas de pesquisa também passaram por reformulações e se constituíram em quatro: “Processos Formativos, Diferença e Valores”; “Práticas e Processos Formativos em Educação”; “Infância e Educação” e “Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores”.

Atualmente, as linhas de pesquisa do PPGE são: “Linha 1: Desenvolvimento Humano, Diferença e Valores”; “Linha 2: Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem”; “Linha 3: Processos Formativos, Infância e Juventude”; “Linha 4: Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública”.

Outro acontecimento ímpar na consolidação do Programa de Pós-Graduação em Educação foi a criação e a efetivação do Doutorado. No ano de 2010, passados dez anos de sua criação, a Reitoria da Unesp autorizou a criação do curso de Doutorado, com o oferecimento de 10 vagas. Neste período de dez anos (2000 a 2010), foram concluídas e defendidas 120 dissertações, cuja autoria era marcadamente feminina, seguindo uma tendência histórica de perfil profissional dos professores e estudantes das licenciaturas, conforme registrado por Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) no estudo “Professores do Brasil: novos cenários de formação”.

No ano de 2013, ocorreu a primeira defesa de tese de doutorado e até 2018 já haviam sido defendidas 89 teses e 327 dissertações no âmbito do PPGE/FCT/Unesp. Conforme a Tabela 1, o Programa, desde o início de sua atuação até 2018, contou com um total de 405 alunos matriculados no curso de mestrado, resultando em 327 dissertações defendidas, das quais

¹ A avaliação dos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado é realizada uma vez a cada três anos pela CAPES, que gera notas que vão de 1 a 7, conforme informação divulgada em seu site oficial.
<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_18_07_07.pdf>.

75 estavam em fase de homologação de suas defesas. Já em nível de doutorado, havia um total de 149 alunos matriculados até o ano de 2018. Vale ressaltar que, em 2011, não houve processo seletivo para o curso de doutorado, razão pela qual não há nenhum aluno ingressante matriculado, como podemos observar na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Dissertações e Teses defendidas no período analisado.

Ano de Ingresso	Alunos Ingressantes	Total de defesas
2001	10	-
2002	10	-
2003	10	6
2004	16	8
2005	18	11
2006	23	11
2007	16	11
2008	33	30
2009	40	14
2010	41	29
2011	26	40
2012	46	29
2013	45	26
2014	59	37
2015	49	30
2016	25	47
2017	39	52
2018	48	35
TOTAL	554	416

Fonte: Autor (2019).

Quanto ao corpo docente do PPGE/FCT/Unesp, identificamos que, do início de sua atuação até 2018, o Programa credenciou 41 docentes, dos quais 11 já estão desligados por diferentes motivos, tais como: aposentadoria, troca de programa de pós-graduação ou cessação do vínculo empregatício com a IES etc.

Verificamos que há uma relação entre a quantidade de trabalhos orientados e o tempo de credenciamento, período compreendido entre o ingresso e o desligamento, do docente no programa. Constatamos também que mais de 50% dos orientadores(as) são mulheres. Outro dado importante é que mais de 70% dos professores fundadores do PPGE, credenciados no ano de 2000, ainda permanecem ativos.

Além disso, percebemos que o número de orientações realizadas até o ano de 2018 condiz com o período de atuação dos professores no PPGE. Nesse sentido, o orientador com maior número de teses e dissertações defendidas, ainda que tenha se desligado do Programa em 2017, um ano antes do término de nosso levantamento, foi o professor Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, com 17 anos de contribuição ao programa. Já os orientadores que apresentaram o menor número de produções acadêmicas concluídas foram aqueles que haviam sido credenciados em 2016, tendo seus primeiros orientandos com defesas previstas para janeiro e fevereiro de 2019.

4. Conclusão

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente se constitui como elemento relevante para a formação de professores, tendo em vista a qualidade significativa de produções acadêmicas concluídas e defendidas, até então, no âmbito do mesmo.

Constatamos que o PPGE/FCT/Unesp é uma referência na formação docente em nível superior público junto aos profissionais da educação, principalmente na região do Oeste Paulista, interior do Estado de São Paulo, pois o programa de

pós-graduação em educação público mais próximo está sediado na cidade de Marília. Na região, mais especificamente em Presidente Prudente, há somente um outro programa de pós-graduação em educação em uma universidade privada e em nível de mestrado, exclusivamente. Convém ressaltar, porém, que o PPGE/FCT/Unesp recebe alunos de todas as regiões do país.

Em relação à identificação da produção acadêmica do PPGE/FCT/Unesp no período de 2000 a 2018, verificamos a partir do levantamento quantitativo realizado que, embora seja um programa recente - criado em 2000 em nível de mestrado e, em 2010, em nível de doutorado -, apresenta uma produção acadêmica significativa.

Localizamos 416 trabalhos defendidos no período de 2000 a 2018, sendo 327 dissertações e 89 teses. O Programa se consolidou tendo como área de concentração a Formação de Professores, atualmente nomeada nos documentos como “Processos Formativos” e desdobrada em quatro linhas de pesquisa, nas quais atuam seus 30 professores credenciados, a saber: “Linha 1: Desenvolvimento Humano, Diferença e Valores”; “Linha 2: Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem”; “Linha 3: Processos Formativos, Infância e Juventude”; “Linha 4: Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública”.

Ao concluir este artigo, percebemos que ainda há muito a ser investigado nesta seara. Porém, observamos a urgência de novos trabalhos que analisem e repensem o papel da universidade pública e dos programas de pós-graduação, principalmente em face da realidade sócio-política atual, relativamente à formação de professores para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental. Consideramos após a investigação, que também, seria importante que futuras pesquisas ampliassem o levantamento de trabalhos produzidos sobre a temática de formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental tomando como base a produção desenvolvida no âmbito de todos os programas de pós-graduação em educação no Brasil, ou mesmo em determinadas regiões do país, que tenham entre suas linhas de pesquisa a formação de professores.

Referências

- Alba, D. A. (2015). Parceria entre universidade e escola pública: PIBID e Núcleo de Ensino e suas contribuições para a formação inicial dos licenciados do curso de Pedagogia FC/Bauru. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- Brasil. (2016). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.
- Brasil. (1968). Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.
- Cellard, A. Análise documental. In: Poupard, J. Pesquisa qualitativa: questões epistemológicas e metodológicas. Vozes, 2010. 295-316.
- Chauí, M. (2017). Avaliação Irracional da Pesquisa e Eclipse da Docência na USP. *Revista Adusp, São Paulo*, (60), 54-65. <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/60/RevistaAdusp60.pdf>>.
- Chauí, M. (2003). Sociedade, universidade e estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: Sesu/MEC. A universidade na encruzilhada: Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília: UNESCO Brasil, 67-76.
- Cunha, L. A. (1982) *A universidade crítica*. F. A.
- Gatti, B. A., et al. (2019). *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Unesco.
- Gomes, A. A. (1998). Evasão e evadidos: o discurso dos alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Lima, E. L. G., et al. (2013). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (1959-1976): gênese da FCT-Unesp. Jundiaí: Paco.
- Lima, T. C. S. & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 10, 37-45.
- Martins, A. C. P. (2002). Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17(3), 4-6. <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>.

Oliveira, M. F. S. (2016). O estágio supervisionado da educação infantil no curso de Pedagogia da FCT/Unesp: a práxis na visão dos alunos. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Rodrigues, J. L. (1996). Uma geografia que se constrói: o curso de pós-graduação em Geografia de Presidente Prudente. 1996. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Saviani, D. (2000). O problema da pesquisa na pós-graduação em educação. In: Saviani, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. (13a ed.), Campinas: Autores Associados, p. 87-94.

Silvia Neto, N. C. (2017). A CAPES e a política nacional de formação de professores da educação básica no Brasil. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.